

COLÓQUIO INTERNACIONAL

TRAVAIL, CARE ET POLITIQUES SOCIALES: DEBAT BRESIL-FRANCE 2014

Lena Lavinas

Instituto de Economia – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Assimetrias de gênero no mercado de trabalho X sistema de proteção social: gargalos brasileiros

Os dados da RAIS (exclusivamente acerca do setor formal) comprovam que, não obstante a fase recente de retomada do crescimento da economia brasileira, favorável inclusive à inserção ocupacional das mulheres, os hiatos salariais entre homens e mulheres agravaram-se. Isso ocorre notadamente entre os grupos com maior nível de escolaridade.

Face a essa constatação, cabe indagar qual o impacto do modelo desenvolvimentista da era Lula-Dilma sobre as desigualdades de sexo no mercado de trabalho brasileiro.

Com este propósito, vamos inicialmente descrever o que caracterizou a retomada do crescimento da economia brasileira nos anos 2000, destacando em que ele foi favorável ou não às mulheres. Para tal, vamos-nos servir de análises estatísticas descritivas usando como fonte as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio (PNADS), a Pesquisa Mensal de Emprego (PME- 6 RM), a RAIS e o CAGED do Ministério do Trabalho. Os dados serão desagregados por nível de escolaridade e grupos etários de modo a identificar impactos diferenciados no grupo das mulheres. Que novas oportunidades foram criadas, quem se beneficiou, considerando que a indústria extrativa e o agronegócio foram os setores que registraram maiores ganhos em termos de produtividade do trabalho, em grande parte por força do boom das *commodities*. As variáveis a serem cruzadas tratam de salários, rendimentos, horas trabalhadas, posição na ocupação, taxa de desemprego e de atividade, cobertura protetiva, taxa de fecundidade, escolaridade, faixas etárias, PIB.

Em paralelo, vamos analisar o gasto social, sua estrutura e evolução no período, a partir de dados da ANFIP (Associação Nacional de Fiscais da Receita Federal) e do Ministério da Fazenda. Nossa suposição é que o perfil do gasto social brasileiro, ao privilegiar transferências de renda monetária em lugar da provisão desmercantilizada de serviços, estimulando a provisão privada, acaba por reduzir o universo de oportunidades para as mulheres – como e que mulheres são as mais prejudicadas é um dos objetivos dessa investigação.

Tentaremos elaborar um modelo econométrico que permita inferir que mudanças na orientação da política social e do mercado de trabalho teriam sido mais vantajosas às mulheres por reduzir os diferenciais de sexo e equalizar oportunidades.

Vamos, portanto, integrar em nosso framework analítico o modelo de proteção social vigente, a dinâmica recente do mercado de trabalho, a política desenvolvimentista e as desigualdades de gênero.